



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ANEXO I DAS FUNÇÕES, REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES.

MÉDICO PSQUIATRA
REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses em saúde mental.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 7.514,74 (sete mil quinhentos e catorze reais e setenta e quatro centavos).
JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.
ATRIBUIÇÕES: Realizar consultas à população privada de liberdade – PPL e servidores com problemas emocionais, psíquicos e transtornos por abstenção de drogas; avaliar o grau de desequilíbrio emocional dos pacientes e prescrever tratamento com medicamentos controlados e/ou diferentes tipos de psicoterapia; estabelecer parceria com outros profissionais de saúde; recomendar internamento compulsório em unidade psiquiátrica no interesse da saúde de alguém ou para a proteção de terceiros, emissão de exame criminológico; exercer outras atividades compatíveis com a especialidade da área.
ASSISTENTE SOCIAL
REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Serviço Social, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais).
JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.
ATRIBUIÇÕES: Realizar estudos e pesquisas para avaliar a realidade e emitir parecer social; planejar, elaborar e executar planos, programas e projetos sociais, orientar indivíduos e grupos; realizar estudos socioeconômicos com indivíduos e grupos para fins de acesso a benefícios e serviços sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais junto aos servidores e PPLs; manter os prontuários sociais atualizados; realizar interlocução com todas as áreas da unidade prisional (gestão, saúde, jurídica e a segurança), visando contribuir propostas integradas voltadas à adequação da ressocialização do PPL com sua família e a sociedade; planejar e executar ações educativas nas diversas áreas de interesse, emissão de exame criminológico; exercer outras atividades compatíveis com a especialidade da área.
MÉDICO CLÍNICO
REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 7.514,74 (sete mil quinhentos e catorze reais e setenta e quatro centavos).
JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.
ATRIBUIÇÕES: Realizar exame clínico e investigar as doenças pela anamnese e exame físico do paciente servidor e no ingresso da PPL para composição do dossiê de individualização da pena, formular hipóteses diagnósticas; utilizar exames complementares para confirmar ou esclarecer o diagnóstico; prescrever medicamentos e acompanhar o curso da enfermidade; manter o prontuário médico atualizado; indicar tratamento cirúrgico ou especializado, encaminhando os pacientes ao cirurgião ou ao especialista mais indicado; acompanhar e monitorar a situação de saúde dos servidores e da população privada de liberdade – PPL, realizando diagnóstico e acompanhamento clínico das doenças de maior prevalência: tuberculose, hanseníase, hepatites virais, IST (sífilis, gonorreia, condiloma, cancro mole, HIV/AIDS e outras); acompanhar e monitorar as doenças negligenciadas de acordo com o Programa Sanar-PE; executar outras atividades pertinentes a área.
PEDAGOGO



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais).

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Assessorar na execução, planejamento, organização, direção e formulação das políticas e diretrizes da escolarização, capacitação educacional, profissionalizante, cultura e artística da pessoa privada de liberdade. Supervisionar as escolas prisionais, aos projetos e cursos, visando acompanhar as práticas e resultados da aprendizagem e propor intervenções; manter os relatórios atualizados para subsidiar a política educacional, cultural e profissionalizante no Estado. Promover palestras, encontros e eventos que promovam a valorização profissionalizante, a elevação da qualidade educacional e do nível intelectual dos internos do sistema prisional, preparando-os para o retorno ao convívio social salutar e produtivo. Elaborar relatórios e estatísticas; coletar dados; revisar coleta de dados; acrescentar dados à planilha pré-existente; organizar dados estatísticos; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional da Instituição; entre outras atribuições correlatas ao cargo.

MÉDICO PEDIATRA

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 7.514,74 (sete mil quinhentos e catorze reais e setenta e quatro centavos).

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Avaliar e acompanhar os recém-nascidos das reeducandas das colônias penais femininas; Efetuar exames clínicos; solicitar exames laboratoriais ou radiográficos, diagnosticar e prescrever medicações; analisar e interpretar exames laboratoriais e radiográficos; conceder atestados de saúde; coordenar e auxiliar as atividades dos serviços de saúde; exercer outras atividades compatíveis com a especialidade da função.

MÉDICO GINECOLOGISTA

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Medicina, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 7.514,74 (sete mil quinhentos e catorze reais e setenta e quatro centavos).

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Realizar exame ginecológico e investigar as doenças pela anamnese e exame físico da paciente em seu ingresso para composição do dossiê de individualização da pena; formular hipóteses diagnósticas; utilizar exames complementares para confirmar ou esclarecer o diagnóstico; prescrever medicamentos e acompanhar o curso da enfermidade; manter o prontuário médico atualizado; indicar tratamento cirúrgico ou especializado, encaminhando as pacientes ao cirurgião ou ao especialista mais indicado; fazer diagnóstico de gravidez e acompanhar pré-natal e encaminhamento da gestante para o parto e avaliação no puerpério; executar outras atividades pertinentes a área.

PSICÓLOGO

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Psicologia, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais).

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de diagnóstico psicológico; realizar pesquisa, acompanhamento psicológico e intervenção psicoterápica individual ou em grupo; atuar junto à equipe multiprofissional no sentido de levá-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo; atuar como facilitador no processo de integração e de adaptação do indivíduo à instituição, orientação e acompanhamento da população privada de liberdade - PPL, familiares e servidores, diretamente ou indiretamente dos atendimentos; participar dos planejamentos e realizar atividades com objetivo de propiciar reinserção social; participar da elaboração, execução e análise da instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição; facilitar o acesso dos direitos da população privada de liberdade - PPL de acordo com a lei de execuções penais - LEP e a política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional – PNASP; planejar e executar ações educativas nas diversas áreas de interesse; realizar interlocução com todas as áreas da unidade prisional (gestão, saúde, jurídica e segurança), visando construir propostas integradas voltadas à adequação da ressocialização da população privada de liberdade - PPL com sua família e a sociedade, emissão de exame criminológico; exercer outras atividades compatíveis com a especialidade da área.

ASSISTENTE DE RESSOCIALIZAÇÃO

REQUISITO: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses em função administrativa e Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, da categoria “B”.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.320,00 (hum mil trezentos e vinte reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais, de segunda à sexta.

ATRIBUIÇÕES: Precipuaemente, no apoio administrativo das unidades de ressocialização, cabendo ao servidor subsidiar no atendimento ao público interno e externo; Realizar, cumulativamente, sob supervisão de Policial Penal a classificação e arquivamento de documentos, expedientes e processos em geral, preparar relatório simples e planilhas, redigir correspondências e ofícios, protocolar processos e documentos, realizar serviços de arquivamento e registro, executar serviços de digitação e digitalização; Auxiliar na elaboração de balancetes, balanço e inventários de material; Auxiliar nos trabalhos de coleta, registro e levantamento de dados; Prestar informações sobre o andamento de expedientes administrativos, sob a supervisão de Policial Penal; Auxiliar no serviço de identificação e qualificação do preso; Registrar pacientes para fins de atendimento médico e hospitalar; Auxiliar no setor de Gestão de Pessoas na elaboração de mapas de frequência de pessoal, folhas de pagamento, efetuar registros nos assentamentos funcionais e de pessoal, atendimento ao público, elaborar grades ou certidões de tempo de serviço; Redigir termos administrativos; Auxiliar na atualização e ordenamento de catálogos e fichários; Zelar pela conservação do patrimônio; Atender ao público, prestando as informações solicitadas; Auxiliar na realização de reuniões e outras atividades específicas; Auxiliar na elaborar relatórios e estatísticas; Utilizar recursos de informática; Despertar nos presos o senso de responsabilidade e dedicação no cumprimento dos deveres sociais, profissionais e familiares; Orientar quanto aos hábitos de higiene, saúde e normas disciplinares, objetivando suprimir a posse e/ou consumo de substâncias entorpecentes e psicotrópicas, que promovam dependência, psíquica ou física, alterando seu comportamento, bem como produtos ilegais ou não permitidos pela gestão prisional; Cumprir demais diretrizes emanadas pela autoridade competente e executar tarefas correlatas; Efetuar, sob supervisão dos Policiais Penais a identificação e cadastro de visitantes; Auxiliar nos setores administrativos; Dirigir veículos de pequeno porte com finalidade administrativa, sendo vedada a condução de veículos com xadrez; Auxiliar, cumulativamente, sob supervisão de Policial Penal a realização de serviços no âmbito da Secretaria Executiva de Ressocialização, Supervisões, Gerências e Chefias operativas e administrativas; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional da Instituição; entre outras atribuições correlatas ao cargo. Fica vedada a prática das atribuições contidas na Lei Complementar nº 422, de 23 de dezembro de 2019. (DOE/PE 24/12/2019).

ASSESSOR JURÍDICO



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSESSOR JURÍDICO REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Direito, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Verificação da legalidade do recolhimento do assistido; impetração de “Habeas- Corpus”; conhecimento da Lei de Execuções Penais para requerimento e acompanhamento de pedidos de Livramento Condicional, Saídas Temporárias, Transferências entre Unidades Prisionais, Trabalho Externo, Indulto, Comutação de Pena, Anistia, Graça, Progressão de Regime, Unificação de Penas, Revisão Criminal, Remição de Pena e outros incidentes ou benefícios, promoção de diligências relativas ao cálculo de pena e à expedição de alvarás de soltura; promoção de defesa do assistido junto ao Conselho Disciplinar; interposição de recursos; adoção de outras medidas pertinentes no sentido de assegurar os direitos do assistido; acompanhamento dos requerimentos junto às Varas de Execuções Penais; Acompanhamento de audiências e inspeções realizadas pelos Juizes no interior das Unidades Prisionais; diligenciar nas diversas Varas Criminais no sentido de obter documentações, certidões, mandados de prisão e informações processuais; outras atividades; atuar na esfera cível e administrativa, não limitadas a estas, podendo realizar contratos administrativos, participar de licitações, elaborar contratos, atas de registro de preços, pareceres, notas técnicas, entre outros, além de proceder com o acompanhamento das mais diversas demandas nos fóruns, também de forma pessoal, utilizando seu registro de classe para desempenho do serviço, sempre observada a competência da Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública.

TÉCNICO EM SUPORTE DE INFORMÁTICA

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão do curso de nível técnico emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, nas áreas: em Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Sistemas de Computação, Telecomunicações, Sistemas de Transmissão e outros equivalentes. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais);

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Realizar atendimento aos usuários na instalação e manutenção de software, hardware, equipamentos de comunicação e redes de computadores; Fornecer suporte na utilização das ferramentas adotadas pela SERES tais como: correio eletrônico, Internet/Intranet, dentre outras, observando a política da informação.

ANALISTA DE SISTEMAS

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, nas áreas: Sistemas de informação, Sistemas da Computação, Ciência da Computação ou Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Banco de Dados, Teleinformática e outros equivalentes. Carteira do respectivo Conselho Regional e/ou declaração de inscrição, caso seja obrigatória para o exercício da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Elaborar plano de trabalho, especificando prazos para a conclusão de etapas referente ao desenvolvimento de sistemas; Obter informações para projetos de sistemas junto aos usuários; Coordenar a implantação de sistemas; Formalizar os procedimentos administrativos e operacionais, compreendendo a elaboração de normas de serviços, manuais de documentação de projetos e operação de sistemas; Propor alteração de sistemas existentes ou em desenvolvimento; Executar a manutenção em sistemas; Executar auditoria em sistemas de processamento de dados; Executar outras atividades correlatas.

ANALISTA DE MONITORAMENTO

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em qualquer área, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Carteira do respectivo Conselho Regional e/ou declaração de inscrição, caso seja obrigatória para o exercício da profissão. Comprovação de experiência mínima de 06



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

(seis) meses de atividade administrativa ou em trabalho de ressocialização.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais);

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Executar atividades relacionadas com o monitoramento eletrônico de reeducandos; Realizar cadastramento de reeducandos no sistema de monitoramento eletrônico; Criar zonas de inclusão e exclusão no sistema de monitoramento eletrônico de reeducandos; Elaborar agenda dos reeducandos monitorados, em suas saídas autorizadas pelo Poder Judiciário; Informar violações dos reeducandos ao Poder Judiciário; Realizar análise e diagnóstico dos dados do monitoramento eletrônico dos reeducandos; Elaborar relatórios de trabalhos relacionados com a especialidade; Arquivar documentos em meio físico e digital; Produzir informações estatísticas do monitoramento eletrônico dos reeducandos; Elaborar ofícios e comunicações internas do monitoramento eletrônico dos reeducandos; Realizar auditoria no sistema de monitoramento eletrônico dos reeducandos; Assessorar à Chefia imediata; desempenhar outras atividades correlatas do monitoramento eletrônico que forem solicitadas;

ENGENHEIRO CIVIL

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Experiência mínima de 6 meses na elaboração de orçamento e planejamento de obras. Experiência em Autocad.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.590,00. (quatro mil reais e quinhentos e noventa reais)

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Fiscalizar e executar controle de qualidade sistemático das obras, emitindo relatórios de avaliação periódica; elaborar planilhas orçamentárias, elaborar medições e pareceres sobre obras e serviços executados; assistir às unidades da Secretaria Executiva de Ressocialização, em assuntos de construção, ampliação e restauração de prédios; elaborar cronograma físico financeiro de obras; elaborar orçamento de obras; efetuar levantamento de quantitativos de serviços em campo e/ou através de projetos, para elaboração orçamentos; elaborar e solicitar Termos Aditivos, quando for o caso, devidamente justificados, com análise de preços e cronograma; efetuar critério de medição.

ARQUITETO

REQUISITO: Certificado ou declaração de conclusão de curso de nível Superior em Arquitetura, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e registro devidamente regular no órgão fiscalizador da profissão. Domínio do uso do programa AUTOCAD, no mínimo, na versão 2020, na elaboração de projetos de arquitetura e compatibilização com o Revit e outras ferramentas BIM. Comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses na respectiva profissão.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.590,00 (quatro mil reais e quinhentos e noventa reais)

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

ATRIBUIÇÕES: Elaborar e analisar estudos de concepção, planos urbanísticos e projetos de arquitetura, paisagismo e urbanismo; participar de equipes de trabalho multidisciplinares, inclusive envolvendo pessoal técnico especializado de outras unidades da SERES; prestar assessoramento dentro das especialidades à Chefia imediata; elaborar relatórios de trabalhos relacionados com a especialidade; atestar faturas de projetos sob sua supervisão; desempenhar outras atividades correlatas.